

EDITORIAL

Este número da *Revista @ambienteeducação*, publicação digital do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo – UNICID, tem como temática a *Educação Superior*. Os artigos apresentados são resultado de pesquisas desenvolvidas nas respectivas instituições e contribuem com ricas reflexões, explorando múltiplas dimensões, questionando as atuais políticas, apontando alternativas e encaminhamento para esse grau de ensino.

No 1.º Bloco, é apresentado um panorama da educação superior brasileira. São analisados aspectos presentes nas discussões nacionais e também internacionais, no que se refere à qualidade da educação superior, à identidade das instituições responsáveis, à investigação da concepção Pedagogia em sua historicidade e às políticas de ações afirmativas que o atual governo propôs, ou melhor, impôs às Instituições de Ensino Superior (IES).

A contribuição da Professora Eunice Ribeiro Durham foi fundamental. Com o artigo “A qualidade do ensino superior”, ela nos instiga a pensar sobre o tema, afirmando que

à qualidade do Ensino Superior no Brasil apresentam-se duas limitações: não se levam em consideração as deficiências de formação anterior dos alunos, e se procura avaliar a qualidade em termos de um modelo único. Em seu artigo, a professora Eunice afirma também que dois mitos carecem de enfrentamento: que o bom ensino é o que fomenta a pesquisa acadêmica e o preconceito quanto à formação para o mercado de trabalho.

Seu trabalho aponta que as IES precisam reconhecer e acolher os alunos reais, para criar condições de que estes superem suas deficiências e limitações, e que um modelo “de avaliação de ensino precisa ser criado de forma contextualizada ao objetivo das instituições e dos cursos, para que tenha um resultado positivo”. Entre inúmeras funções, a professora Eunice Ribeiro Durham respondeu pela diretoria científica do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo (USP) e pela presidência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e que, atualmente, é membro do Conselho Estadual de Educação.

As pesquisadoras Martha Abrahão Saad Lucchesi, do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior – NUPPs, da Universidade de São Paulo, e Eliana Branco Malanga, da Universidade Federal de São Paulo, contribuem com o artigo “Universidade e pesquisa na sociedade dos saberes”, no qual propõem a busca de uma nova *episteme* e apontam que “à universidade cabe sinalizar caminho e compreender a necessidade de mudança, contribuindo com a produção e transmissão do conhecimento para o desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade”. Destacam que, neste momento histórico, “a

universidade deve estar investida de um novo paradigma: a pesquisa inter e transdisciplinar, de caráter e temas locais e globais para servir à comunidade em que se insere, buscando a totalidade do conhecimento”. E reafirmam o compromisso que identifica as instituições universitárias, pois, “sem pesquisa, a universidade não alcança seu ethos de produtora do conhecimento”.

O artigo “Pedagogia: sua construção como um fenômeno de significações humanas”, contribuição da Professora Maria Anita Viviani Martins, titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, centrou-se na investigação da “concepção Pedagogo-Pedagogia em sua historicidade, e as significações acrescidas ao termo iniciais Pedagogo, para dizer do conhecimento/objeto ao qual se refere a Pedagogia”. Ao destacar a Pedagogia como um “complexo de interações entre a intervenção educativa, sua justificativa histórico-científica a constitui como um fenômeno que se produz no movimento, identificando-a como um sistema aberto, como processo, como uma atividade”.

O artigo “Educação superior: políticas públicas para inclusão social”, de autoria das Pesquisadoras Maria Rita Aprile, professora do Programa de Mestrado em Reabilitação Vestibular e Inclusão Social da Universidade Bandeirante de São Paulo – UNIBAN, e Rosa Elisa Mirra Barone, professora da Graduação, também da UNIBAN, questiona as proposições

das diferentes políticas públicas de acesso ao ensino superior, propostas no Brasil, desde 1990, para os jovens das camadas populares, com o objetivo de verificar a relação entre o público e o privado e o discurso oficial que considera programas, como o ProUni, uma política de educação inclusiva, sem considerar a qualidade do ensino oferecido pelas instituições aderentes.

O 2.º Bloco traz uma instigante discussão acerca da formação de professores, que não se esgota, mas, sem dúvida, os artigos apresentados mostram um panorama importante para a reflexão sobre o que compete às Instituições de Ensino Superior, e quais os caminhos que as atuais políticas públicas têm apontado e podem, com isso, revelar as contradições e omissões destas proposições políticas.

O artigo “A formação de professores na educação superior: dilemas da atualidade”, de autoria das professoras Mary Rosane Ceroni e Ingrid Hötte Ambrogi, ambas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, e da Pesquisadora Daniella Basso Batista Pinto, da mesma universidade, aborda a formação de professores no curso de Pedagogia e pretende, a partir de levantamento bibliográfico, discutir as consequências das políticas públicas por meio de suas regulamentações na atualidade. Ao revelar uma dicotomia entre a qualidade na formação dos egressos do curso de Pedagogia e as tendências da “lei de mercado”, provoca a reflexão sobre a “pretensão de se estabelecer necessária interatividade e conexão dinâmica, para viabilizar uma ação prospectiva que permita inferir com segurança sobre a formação de professores no Brasil”.

O artigo “Reforma universitária e as implicações para a formação do pedagogo: o que propõem as DCN/2006”, de Marilde Queroz Guedes, professora assistente da Universidade do Estado da Bahia, e Leda Maria de Oliveira Rodrigues, professora titular do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, apresenta várias questões, referentes à reforma da educação superior, para focar a Reestruturação do Curso de Pedagogia, e afirma que “a política de formação defendida pelo mercado exige uma nova qualificação para o profissional de educação, polivalente, com competência técnica para atuar em diferentes funções em docência, gestão e pesquisa”. E, diante de tal realidade, faz um questionamento sobre o “perfil profissional do pedagogo que as diretrizes pretendem formar”. Destaca também que discursos sobre a democratização e a “importância da educação para o desenvolvimento social e econômico do País esvaziam-se diante da prática efetiva, e não passam de propostas, debates e embates”.

O texto de Helena Machado de Paula Albuquerque, professora associada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, “O pedagogo e o curso de Pedagogia – Licenciatura”, discute as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, em face das exigências de formação do Pedagogo, e aponta com propriedade que “a Política Pública não pode conter legislações equivocadas e ensejar a formação desvirtuada do Pedagogo, sem correr o risco do reflexo negativo na Educação Básica”. Em uma análise aprofundada da formação oferecida na PUC-SP destaca que

as Diretrizes não consideraram os estudos e pesquisas de muitos educadores na busca da ressignificação do pedagogo, a fim de situá-lo na temporalidade própria. Seus pontos positivos esvaem-se no rastro da indefinição. Acenam com a possibilidade de formação do superprofessor no curso de Pedagogia, porém, permanece a incerteza quanto à formação do Pedagogo.

Por sua vez, o artigo “Ser professor na metrópole: do seu papel político e social”, de autoria do professor Carlos Bauer, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, propõe discutir os papéis “dos professores frente às lutas que se desenvolvem nas metrópoles”. Parte de um estudo sobre a cultura política dominante nos movimentos sociais no Brasil, e procura refletir questões como

a situação dos professores nas escolas das grandes metrópoles brasileiras frente ao processo de reprodução do capital”, mesmo que muitas vezes, estes professores não tenham clara a sua identidade e o papel que ocupam na reprodução social. Destaca que, ao reconhecer a escola “como produtora da cultura urbana, capaz de questionar e superar as concepções forjadas nas estruturas tradicionais de poder, os professores poderão afirmar um novo sentido estrutural para a educação, sua relação com o mundo do trabalho, possibilidades históricas e compromissos com a emancipação social.

No 3.º Bloco, apresentam-se duas experiências realizadas em cursos superiores da área da saúde, discutindo temáticas recorrentes nos diferentes artigos já apresentados: a avaliação e a qualidade da formação.

O artigo, “Os desafios da avaliação da aprendizagem na prática do curso de enfermagem, no Centro Universitário Metodista”, de autoria de Regina Magna Bonifácio de Araújo, pró-reitora de Graduação, e de Simone Machado, coordenadora de Graduação, ambas do Centro Universitário Metodista – IPA/RS, trata do papel central que a avaliação assume na formulação e implementação do projeto pedagógico. Este artigo propõe “refletir e analisar os pressupostos e conceitos que fundamentam a prática da avaliação da aprendizagem”. Partindo da compreensão de que

a avaliação envolve a ideia de reflexão acerca dos conhecimentos já construídos e dos significados já estabelecidos, as práticas apresentadas se distanciam da ideia de que a avaliação seja apenas um momento específico e predeterminado dentro do processo de aprendizagem.

Aponta que a avaliação, fundamentalmente, “sinaliza aos alunos a trajetória do seu processo formativo e, à família e à comunidade escolar, o que o professor e a escola valorizam”.

A Revista @ambienteeducação conta também com o texto “Educação e saúde: um trabalho em parceria”, de Rosemeire Macedo Ambrozano, investigadora da UI&DE – ESEL (Escola Superior de

Enfermagem de Lisboa), no qual afirma que “educar alunos de Enfermagem para se tornarem educadores em saúde, que compreendam seu papel de mediadores para melhores condições de saúde pela educação, é tarefa nem sempre explícita”. Comumente, alunos da área da saúde vêm aos bancos escolares certos de que seu papel é tratar de doenças e não educar para saúde. A autora destaca que, “pela interdisciplinaridade e parceria, tentamos estabelecer padrões de compreensão através da realidade vivida, de forma a levá-los a aprendizagens com maior significação pessoal e profissional”.

No 4.º Bloco, encontram-se os artigos que discutem os sujeitos da educação superior e retomam, ao encerrar a Revista, a reflexão fundamental sobre a transdisciplinaridade, que, no Bloco Inicial, é indicada como o novo paradigma das instituições universitárias.

O artigo do Professor Antonio Joaquim Severino, titular de Filosofia da Educação, na Faculdade de Educação da USP, reflete sobre a “Docência universitária: a pesquisa como princípio pedagógico”, com a proposta para pensar sobre

quem lida com processos e produtos do conhecimento precisa estar em permanente situação de estudo, dando-se conta de que o saber a que chega é resultante de um longo processo de construção, apoiado em supostos epistemológicos, práticas metodológicas específicas e técnicas operacionais pertinentes (conjunto de posturas e práticas que constituem o pesquisar).

Nas conclusões, faz uma rica contribuição, destacando que

a iniciação à prática científica na universidade exige mediações curriculares que articulem, simultânea e equilibradamente, uma legitimação político-educacional do conhecimento, sua fundamentação epistemológica, uma estratégia didático-metodológica e uma metodologia técnica aplicada. Impõe-se aprender a pesquisar, pesquisando.

Já os autores Sara Monteiro, José Tavares e Anabela Pereira, docentes da Universidade de Aveiro, de Portugal, contribuem com o artigo “Adulter emergente: na fronteira entre a adolescência e a adultez”, no qual tratam que a “teoria da adultez emergente de Jeffrey Arnett tem sido apresentada como uma grelha compreensiva, útil na conceptualização do período desenvolvimental, que decorre entre os 18 e os 25 anos de idade”. Com o presente trabalho, pretende-se possibilitar o conhecimento da teoria da adultez emergente, com uma análise detalhada das suas características, assim como o seu surgimento no contexto das sociedades industrializadas, nomeadamente na realidade nacional. Vale ressaltar a adequação do conceito de adulto emergente, para maior caracterização do estudante do ensino superior, sujeito dos processos formativos.

O Pesquisador Luís Marques Barbosa, professor associado na Universidade de Évora, e Investigador da U.I. & D.E. (Unidade de Investigação em Enfermagem), participa com o artigo “A ‘extensibilidade de si’ como exercício fundamental da relação humana e eixo do conceito de ‘investigação-acção/formação’”. O texto apresentado enquadra-se na preocupação de demonstrar como sustentamos que a “Extensibilidade de Si” é exercício fundamental do dar-se do Homem ao Mundo e, em simultâneo, como essa extensibilidade se afirma instrumento determinante do conceito de “Investigação-Acção/Formação”, e contribui para pensar a formação inicial de professores em uma proposta comprometida com a investigação da docência.

Fechamos a Revista com o artigo que analisa, a partir da pesquisa da prática, o conceito de “Transdisciplinarietà: de las ideas a la práctica”, de autoria de Ana Cecilia Espinosa Martínez, responsável pelo projeto Investigación-Acción-Transdisciplinar del CEUArkos, no qual explicita o processo do “ideal teórico de um modelo transdisciplinário de educação para a universidade, através de sua prática em uma instituição educacional concreta: o centro universitário denominado CEUArkos, no México”. São definidas linhas teóricas do modelo citado e a forma como está sendo implementado, na prática, levando em consideração a experiência obtida no contexto da Pesquisa-Ação-Projeto.

A Revista @ambienteeducação conta também com a entrevista com a pró-reitora da Universidade Cidade de São Paulo – UNICID, professora, doutora Ester Regina Vitale, que faz uma profunda reflexão sobre os desafios que a educação superior brasileira enfrenta atualmente, e destaca o papel das universidades particulares, que tiveram que atualizar os

procedimentos acadêmico-administrativos, para dar conta de um número crescente de alunos; que a concorrência fez com que buscassem opções inovadoras de cursos, de tecnologia, de gestão e respondessem à demanda com qualidade e sustentabilidade; que houve a necessidade de buscarem programas de adaptação que permitissem melhores condições de aprendizagem aos alunos; enfim, que estão mais preparadas para enfrentar os desafios que se impõem para o Ensino Superior Brasileiro no futuro.

Esta edição apresenta duas resenhas. A primeira, da obra: BARBOSA, Luís Marques. *Ensaio sobre o Desenvolvimento Humano: de Uma Teoria Emergente da Prática ao Mundo como Implicação*. Lisboa: Piaget, 2002, feita pelo Prof. Dr. Potiguara Acácio Pereira. A segunda, feita pela Professora Doutora Margaréte May Berkenbrok-Rosito, da obra: BOIS, Danis; JOSSO, Marie-Christine; HUMPICH, Marc (Org.). *Sujeito Sensível e renovação do eu: as contribuições da Fasciaterapia e a da Somato-psicopedagogia*. São Paulo: Paulus; Centro Universitário São Camilo, 2007, 470p.

É sempre uma satisfação apresentar aos leitores panorama tão enriquecedor, que, com certeza, provocará novos questionamentos e novos conhecimentos, novas ideias e novas práticas.

Celia Maria Haas

Docente do Programa de Mestrado em Educação
da Universidade Cidade de São Paulo

Débora Cristina Siqueira Aceti

Aluna do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Cidade
de São Paulo e Diretora Assistente – Anhanguera/Faenac

Rodolfo Araújo

Aluno do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Cidade
de São Paulo e F&A Business Analyst da Microsoft Brasil

Editores